

RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL – um referencial ainda em construção.

Leila Araújo de Sousa Orati (UFSCar) souzaleila@uol.com.br

Prof. Dr. Mauro Rocha Cortes (UFSCar) mauro@dep.ufscar.br

RESUMO

Contemporaneamente um número cada vez maior de empresas vem incorporando a idéia de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) em seus modelos de gestão. Em boa medida as organizações têm associado tais preocupações à necessidade de se manterem no mercado de constantes transformações como se encontra o atual.

Por se tratar de uma discussão aberta, ainda não se estabilizaram modelos, padrões ou regras na sua adoção e estruturação, o que demonstra seu momento de transição. Ou seja, pode-se dizer que a Responsabilidade Social Empresarial ainda não está sujeita a uma estrutura de governança. Cada organização está conduzindo suas iniciativas à sua maneira. Num entanto, as práticas ditas de responsabilidade social já são realidade dentro dos discursos das empresas, o que nos leva a questionar por que o tema se tornou tão legítimo para as organizações atuais.

O presente trabalho pretende abordar a adoção e estruturação da RSE, de forma mais geral e através de embasamento teórico – Novo Institucionalismo e Nova Sociologia Econômica. Através desse estudo se pretende analisar como a literatura nos ajuda na compreensão de “movimentos” que não podem ser explicados exclusivamente utilizando razões econômicas, como é o caso da Responsabilidade Social das empresas.

Palavras chave: Gestão estratégica, Responsabilidade social e Responsabilidade social empresarial.

1. Introdução

Numa época em que ser competitivo e inovador são estratégias extremamente importantes para as empresas atingirem sua sustentabilidade em um mercado de constantes transformações como o atual, a Responsabilidade Social Empresarial (RSE – engloba tanto a idéia de responsabilidade “social” e “ambiental” das empresas) está sendo vista com a mesma relevância dada à qualidade de produtos e serviços, ao acesso às novas tecnologias e a capacidade de inovar.

Agregar valor social aos negócios vem se transformando numa poderosa convenção, sendo considerada como um dos fatores importantes para a permanência das organizações no mercado contemporâneo.

A globalização que de um lado gerou crescimento da economia, internacionalização do capital, avanço acelerado da tecnologia, mas de outro lado gerou vários problemas sociais, como: aumento do desemprego, aumento do trabalho precário e aumento da exclusão social, enfraquecimento do Estado, “obrigou” as organizações reverem seus conceitos acerca de seus papéis para com a sociedade e o meio ambiente.

No Brasil, mais especificamente, a procura por entender esses movimentos fez com que nos últimos anos, a idéia de Responsabilidade Social Empresarial venha se tornando um dos

conceitos mais discutidos no universo corporativo. Tão fortemente que o discurso de ética, do respeito ao meio ambiente, trabalhos voltados para o bem estar da comunidade, da disseminação dos valores e do bom relacionamento com os *stakeholders* (a tradução mais próxima para o português é “grupos de interesse”, como: funcionários, fornecedores, acionistas, comunidade, ong’s e governo), ecoa hoje em grande parte das organizações.

A preocupação com essas novas demandas, como é o caso da RSE (está sendo considerada uma nova demanda de atuação, pois empresas certificadas ou reconhecidas como praticantes de responsabilidade social têm acesso a novos nichos de mercados, constituídos por consumidores de maior poder aquisitivo ou não, bem como por fornecedores, profissionais), justifica-se pelo fato de hoje se estar atravessando um período de profundas transformações nas órbitas produtiva, econômica e social que impõem a reflexão sob novas bases teóricas. Onde a capacidade de inovar (porque embora o produto continue o mesmo, o seu processo de produção se modifica, pois se modifica a forma de relação entre empresa, trabalhadores, sociedade e fornecedores; relação essa que passa a ser gerida por uma nova lógica, a que privilegia novos ganhos que não apenas lucro) ou de se adequar às mudanças por parte das organizações trata-se de uma questão de sobrevivência no mercado.

A concorrência que hoje, mais fortemente, faz parte da realidade das organizações coloca na agenda dos empresários e, sobretudo, nas responsabilidades dos gerentes “assuntos novos”. Seja uma inovação colocada por outras empresas, ou seja, a de se adequar às demandas dos concorrentes ou, ainda, criar novas demandas para servir de diferencial. Contudo, gerir investimentos de natureza social exige um esforço de adaptação significativo por parte da empresa, seja para criar novos recursos a eles associados, seja para integrá-los na estrutura organizacional e nas rotinas operacionais.

O artigo se propõe estudar a Responsabilidade Social Empresarial como uma nova demanda para as empresas contemporâneas. Partindo das considerações do Novo Institucionalismo e da Nova Sociologia Econômica – em particular os conceitos de isomorfismo, reputação, legitimidade, entre outros – assim estudar como a RSE tornou-se relevante para as empresas atuais. Através desse estudo se pretende analisar como a literatura nos ajuda na compreensão de “movimentos” que não podem ser explicados utilizando somente razões econômicas, como é o caso da Responsabilidade Social das empresas.

O trabalho se divide em duas partes basicamente, além dessa introdução a das considerações finais, que formam o primeiro e terceiro capítulos respectivamente. Nos demais capítulos serão abordados a responsabilidade social no curso de sua história, tendo como foco os movimentos sociais, aspectos econômicos e relação com o Estado. Já, na próxima parte do capítulo, serão apresentados os conceitos ditados pelo Novo Institucionalismo e pela Nova Sociologia Econômica como embasamento teórico para justificar a estruturação e adoção da Responsabilidade Social Empresarial pelas empresas atuais.

2. Responsabilidade social empresarial

2.1 Um pouco da história

Falar de Responsabilidade Social Empresarial parece fácil, uma vez que muitas definições são aceitas pela sociedade, mas o que realmente vem a ser a responsabilidade social das empresas e quando realmente o tema começou a ser abordado?

O Instituto *Ethos*, considerado referência quando se fala em responsabilidade social no país, conceitua-a como sendo:

“a forma de conduzir os negócios da empresa de tal maneira que a torna parceira e co-responsável pelo desenvolvimento social. A empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses de diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio-ambiente) e conseguir incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando atender às demandas de todos e não apenas dos acionistas ou proprietários”. (www.ethos.org.br)

O objetivo de se atuar privilegiando a responsabilidade social, segundo *Grajew* citado por MELO NETO E FROES (1999:79) é o de,

“assegurar o desempenho ético correto e o desempenho ambiental adequado da empresa, melhorar a qualidade de vida de seus funcionários e dependentes, usar o poder e a relação com seus fornecedores e correntes para mobilizá-las a serem socialmente responsáveis (por exemplo, não comprar de nenhum fornecedor que usa trabalho infantil), implementar normas de respeito ao consumidor e mobilizá-lo para atos de solidariedade, utilizar todos os espaços de comunicação para transmitir valores e informações de interesse da comunidade, etc.”

No entanto, a RSE, ainda, é muito confundida e praticada como sendo somente filantropia. Segundo AZEVEDO (2004:20) “no fundo, o que difere as duas formas de atuação é o que move a empresa para a ação social”. No caso da filantropia, “o motivo tem um caráter humanitário, religioso e filantrópico e seu objetivo é muito mais para atender a uma ‘necessidade moral’ do empresário do que para contribuir com o desenvolvimento social. Assim, a ação social, em geral, limita-se a doações”. No caso da responsabilidade social, “a ação social é vista como investimento e, por isso, pressupõe retorno. Não estamos falando unicamente de retorno financeiro, mas de resultados práticos. O investimento social passa a ter um caráter estratégico para a empresa”.

Para se entender melhor o conceito da RSE e sua dimensão se faz necessário estudarmos as mudanças, de forma mais geral, ocorridas nos últimos tempos. Historicamente falando, apesar do tema só ter ganhado forças nos últimos anos, não se trata de um tema novo. STONNER e FREEMAN (1985) colocam que os primeiros conceitos foram abordados, em 1899, por Andrew Carnegie com a publicação do livro “O Evangelho da Riqueza”. Sua visão se baseava nos princípios de caridade e custódia, sendo o que principio da caridade “exigia que membros mais afortunados da sociedade ajudassem os menos afortunados”. Já o principio da custódia “possui características tiradas da Bíblia, exigia que as empresas e as pessoas mais ricas se vissem como guardiões que mantivessem suas propriedades em custódia para benefício da sociedade como um todo. As duas dimensões eram paternalistas e com cunho religioso muito forte”.

Os princípios da visão clássica de Carnegie em 1950 e 1960 foram amplamente aceitas nas companhias estadunidenses, “à medida que cada vez mais os empresários admitiam a idéia de que junto com o poder vem sempre a responsabilidade. Até as empresas não adeptas a esses pensamentos, percebiam sua importância e verificavam que a não aceitação das responsabilidades sociais como principio prejudicariam a imagem de suas organizações perante Deus e a sociedade, sendo forçadas indiretamente a aceitá-las”. (STONNER e FREEMAN, 1985:73)

Em 1953, H. R. Bowen se contrapõem às idéias de Carnegie, sua visão exigia que os “administradores das empresas detinham o poder moral de implementar as políticas, tomar as decisões ou seguir as linhas de ação desejáveis em torno dos objetivos e dos valores de nossa sociedade”. (STONNER e FREEMAN, 1985:73)

Milton Friedman, por volta dos anos 60, se contrapõem às idéias dos dois, defende a visão de que “cabia ao governo, aos sindicatos, as associações, as igrejas e as ONG’s suprirem as necessidades das comunidades”. Para ele, a “única responsabilidade social das organizações seria maximizar os lucros, deixando a solução de problemas sociais para indivíduos e órgãos competentes”, (STONNER e FREEMAN, 1985:73).

Nos anos seguintes, segundo STONNER e FREEMAN (1985:73), a idéia que permaneceu foi de que “tanto o governo como as organizações dependem da aceitação da sociedade à qual pertencem e, ignorar os problemas sociais poderia ser destrutivo no longo prazo. Ainda assim, permaneciam o debate acerca de quando começam e quando terminam as responsabilidades sociais das empresas”, discussão que continua até os dias atuais. Do debate surgiu o que poderíamos chamar de ensaio para as abordagens estudadas hoje pelo Novo Institucionalismo (será tratado mais adiante)

“surgiu o conceito de reatividade social das empresas, presumindo que o governo com suas argumentações, bem como a opinião pública, afetavam as decisões das organizações. Portanto, as decisões organizacionais deveriam ser tomadas com base nessas considerações. A partir de então, começou a se falar em ética nos negócios, tanto no meio empresarial como no meio acadêmico, surgiu a preocupação de como as ‘decisões organizacionais’ afetariam a vida das pessoas”. (STONNER e FREEMAN, 1985: 73)

Do ponto de vista da economia, a atual preocupação com a RS das empresas foi provocada por vários acontecimentos ao longo da história, conforme explica ALVES (2003). O autor explica que entre as décadas de 1930 e 1970, “a economia mundial e dentro dela a economia brasileira, atravessaram um longo ciclo de expansão, tendo como um de seus pilares a forte presença do Estado. Durante quase três décadas acreditava-se que os trabalhadores e a sociedade de forma geral não podiam prescindir da proteção que o Estado do bem estar social poderia e deveria proporcionar” (visão de Milton Friedman – comparação feita pela autora). Até essa época as atividades visando à responsabilidade social eram realizadas na forma de filantropia, que consiste no auxílio dos mais afortunados aos menos desvalidos (visão de Carnegie – comparação feita pela autora).

Na década de 1970, do ponto de vista dos movimentos sociais, que segundo GIDDENS (1990) “proporcionam vislumbres de futuros possíveis e são em parte veículos para sua realização”, a sociedade civil não era dado o direito de argumentação, as pessoas calavam-se e obedeciam ao regime militar que até então detinha o poder. As pessoas que se contrariavam a este sofriam pesadas críticas e represálias.

No caso brasileiro, partir da década de 1980, “o país deixa de ter como tendência predominante o crescimento econômico quebrando por alguns períodos de recessão e passa a ter como tendência predominante à recessão quebrada por curtos períodos de crescimento, paralelamente a isso a pressão inflacionária se expande e há queda na taxa de investimento”, ainda segundo ALVES (2003). Por essas razões os movimentos sociais não existiam ou simplesmente ficavam encobertos pela dimensão alcançada pelas crises econômicas e políticas que atravessam o país.

Na década de 1990 a situação se torna ainda pior, do ponto de vista da economia, “há o aumento de capitais disponíveis advindos do Fundo Monetário Internacional - FMI e do Banco Mundial, mas os países receptores dessas verbas precisariam reformular sua economia para permitir o ingresso de bens importados, ou liberalização das importações, chamada de inserção internacional competitiva”. Para tanto, algumas medidas foram adotadas: “desregulamentação financeira e comercial; abertura de mercado interno às importações, sem contrapartida de

exportações; reformulação do papel do Estado, com sucateamento e redução de investimentos nas áreas sociais, privatização das estatais, elevação de receitas. Assim houve uma quebra do Estado e se passou a gerir a economia baseada em imperativos financeiros que depois de algum tempo trouxe consigo vários problemas sociais”. (ALVES, 2003:02)

Nessa época, já existiam movimentos sociais na tentativa de aproximar o empresariado à realidade do país em se tratando da exclusão social, deixando esses movimentos de ter um cunho meramente político como nas décadas anteriores. Assim sendo, “cumprir destacar que parte das ações que têm mobilizado grande coletivo de pessoas, nos anos 90, surge antes de um chamamento à consciência individual do que à consciência coletiva. Estão centradas em valores baseados mais na solidariedade humana e pouco alicerçadas em projetos políticos-partidários, como nos anos 80 (...)”. (GOHN, 2000).

Como exemplo, desses movimentos nasceu o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE, tendo como um dos fundadores o sociólogo Betinho – Herbert de Souza (Herbert J. de Souza, o Betinho, sociólogo mineiro, nasceu em Bocaúva no dia 03/11/1935 e faleceu dia 14/08/1997 <http://www.e-biografias.net/biografias/betinho.php>), que encabeçou campanhas de combate à fome, incentivou a divulgação dos balanços sociais e muitos outros movimentos. O Grupo de Institutos, Fundações e Empresas - GIFE surgiu logo depois incentivando ainda mais as empresas a se preocuparem com o social. Logo depois, em 1998 foi fundado o Instituto *Ethos* de Responsabilidade Social, fazendo o caminho inverso procurando aproximar as pessoas das ações sociais realizadas pelas empresas, através de publicações, seminários, palestras, congressos, etc.

Estas instituições desempenharão papel decisivo nas estratégias empresariais atuais, influenciando os empresários a adotarem a RSE como fazendo parte de suas novas atribuições. Assim, as empresas passam a entender que a sua sobrevivência no mercado está atrelada a atender a demanda dos movimentos sociais, às idéias dos Institutos e principalmente à idéia de que a empresa está na sociedade e só sobreviverá se viver em consonância com a mesma passaram a fazer parte das agendas dos empresários.

A Responsabilidade Social Empresarial, então, nasceu da necessidade das empresas atuarem no âmbito social, provocada pela deficiência do Estado em prover as condições necessárias para que se tenha um contexto social, econômico e político diferente do atual.

2.2 Quadro teórico de referência – Novo Institucionalismo e Nova Sociologia Econômica

Falar sobre Responsabilidade Social Empresarial é bem mais do que só definir um conceito, abordar sua ‘força’ nos dias atuais ou, ainda, simplesmente tratá-la como algo legítimo pela sociedade atual. Na dinâmica da legitimidade ou pela busca de legitimidade através da RSE, existem nas entrelinhas conceitos bem mais profundos, como: disputa de poder, as forças dos movimentos sociais, ação dos atores sociais e atores sociais organizacionais, isomorfismo, reputação, dentre outros. Dito de outra forma, existem variáveis sociais e não só econômicas que efetivaram sua adoção e estruturação.

Ou seja, a adoção e estruturação da responsabilidade social por parte das empresas, não pode ser explicada exclusivamente por razões econômicas. Portanto, para melhor explicar esse “movimento” necessário se faz recorrer à uma base teórica – Novo institucionalismo (NI - O novo institucionalismo nos coloca o conceito e a importância das instituições, como reguladora do comportamento das organizações, pessoas, comunidades, etc. Maiores entendimentos serão

oferecidos no decorrer do presente trabalho) e Nova sociologia econômica (NSE - A nova sociologia econômica surgiu por volta de 1900, devido basicamente aos esforços dos fundadores da sociologia, nomeadamente Max Weber. Essa nova demanda de conceitos procura explicar “os fenômenos econômicos utilizando as ferramentas da sociologia, em vez de as ferramentas da economia” (SWEDBERG - PEIXOTO & MARQUES, 2003) – que explique, de forma mais aceitável, a relevância do tema para as organizações contemporâneas.

De acordo com BENDIX (1974) *apud* REED (1998) *apud* CORTES (2003), a

“modernização da sociedade decorrente do desenvolvimento do capitalismo, trouxe mudanças econômicas, políticas e sociais que criaram um mundo fundamentalmente distinto daquele em que imperavam as formas de produção e administração em pequena escala, típicas das primeiras fases do desenvolvimento capitalista do século XVIII e princípio do XIX. Do ponto de vista organizacional uma das principais conseqüências destas mudanças foi o fortalecimento das perspectivas que consideram a organização como uma construção social que se adapta a um mundo muito mais dinâmico”.

Buscar no NI e na NSE bases para explicação pela adoção e estruturação por parte das empresas pela responsabilidade social se dá, pois “as abordagens ditas ‘institucionalistas’ têm em comum o fato de darem importância destacada ao papel que as instituições desempenham na estruturação do comportamento humano e das organizações. Seu desenvolvimento se deu de maneira independente e autônoma em três áreas distintas: na economia (Nova sociologia econômica – grifo da autora), na sociologia (novo institucionalismo) e na ciência política”. (CORTES, 2003)

Para entendermos a dinâmica da RSE, precisaremos entender que existem outros fatores que movem o mercado, conseqüentemente as empresas, conforme colocado acima. Para a nova sociologia economia e novo institucionalismo “existem lógicas sociais profundas que dirigem os mercados”, as empresas e ações dos indivíduos (grifo da autora) “numa direção e não noutra”. Pois os “atores da NSE são obviamente dotados de uma racionalidade limitada ou condicionada na direção de modelos perfeitos ou absolutos. Estas boas razões encontradas pelo atores não são apenas boas razões cognitivas, elas são freqüentemente boas razões sociais que obedecem a lógicas sociais prevaletentes”. (MARQUES, 2003:05/06)

Podemos analisar a RSE através de dois lados: primeiro é o lado do ambiente/mercado, onde as empresas procuram através do tema conseguir e atrair consumidores, adquirir boa reputação, sobreviver em ambiente de mudança e globalização, responder as atitudes dos concorrentes, etc; e do outro lado, a ação dos indivíduos que estão preferindo um determinado produto em detrimento de outro, mesmo que esse custe mais, e para explicar essa preferência precisaremos dos conceitos apresentados pelo novo institucionalismo.

Analisando, primeiro, a RSE na perspectiva da empresa, o novo institucionalismo considera as instituições como dinâmicas, ele nos coloca um modo de olhar as empresas de fora para dentro. Sendo essa a diferença principal entre esse e o chamado “velho” institucional – seus teóricos acreditavam nas instituições como algo dado. As empresas passaram a considerar a existência de outros aspectos antes não notada por elas, como o governo, o mercado e a população, a interferir na sua permanência no mercado. Ou seja, as empresas passaram a vender sua imagem, passaram a lidar com a imagem que passam para a sociedade, e essa imagem precisa ser reconhecida pelos demais atores para que seja benéfica. Assim, as várias formas de busca por legitimidade passam a fazer parte das ações das organizações, na busca por atingir sua estabilidade econômica. No entanto essa legitimidade só será aceita se o governo, o mercado e os demais *stakeholders* reconhecerem-na.

Segundo HALL & TAYLOR (1996) o novo institucionalismo se constitui por três ênfases: O institucionalismo histórico – que se apresenta para contestar a visão estruturo-funcional da ciência política. Os institucionalistas históricos definem instituição como procedimentos, normas, protocolos, convenções oficiais. Estes teóricos conceituam a relação entre instituição e comportamento individual, em termos gerais, através de uma perspectiva calculadora que tem o comportamento baseado no cálculo estratégico e da perspectiva cultural, que tem o comportamento humano limitado pela visão do próprio indivíduo. Outro aspecto importante desse é que se atribuir grande valor à diferente distribuição de poder. Os grupos tomam decisões de acordo com o poder que as instituições lhe conferem. Esses teóricos são também defensores da análise por trajetórias, ou seja, procuram na história, fatos que levaram o indivíduo a agir de certa maneira. Eles insistem também nas “situações críticas” que criam transformações institucionais e bifurcações na história.

O institucionalismo da escolha racional – está atrelado à medição dos custos de transação e à idéia de ação do indivíduo de acordo com os seus próprios interesses. Estes teóricos empregam em sua análise uma série de pressupostos comportamentais, acreditam que os indivíduos agem de modo a maximizar o atendimento às suas preferências e vontades, e que as ações são baseadas no cálculo estratégico que ocorre de acordo com a expectativa de ação do outro ator social.

O institucionalismo sociológico – acredita que as ações institucionais são práticas culturais, ou seja, mesmo a prática racionalista e burocrática deve ser entendida em termos culturais. Seus teóricos tendem a definir as instituições não somente com regras, normas e leis, mas também como sistemas de símbolos, esquemas cognitivos e modelos morais. Ao definir desta maneira, fazem a fundição da instituição com a cultura. A ação do indivíduo está altamente atrelada à interpretação do mesmo sobre as formas, os signos e as imagens institucionais. As instituições tomam decisões mais pela busca de legitimidade do que pela sua eficácia, de acordo com estes teóricos.

As instituições são construções sociais que moldam, terminam e regulam o comportamento das pessoas, organizações, comunidades, etc. Conforme nos coloca NORTH (1990:09), quando diz: “que as instituições constituem as regras do jogo numa sociedade; mais formalmente, representam os limites estabelecidos pelo homem para disciplinar as interações humanas. Conseqüentemente, e em compensação, estruturam incentivos de natureza política, social e econômica”. Já instituições para SCOTT (1995:33):

“consistem em estruturas e atividades cognitivas, normativas e regulativas que produzem estabilidade e significado ao comportamento social. Instituições são conduzidas por vários suportes – culturas, estruturas e rotinas – e elas operam em múltiplos níveis. Nesta conceituação, instituições são sistemas multifacetados que incorporam sistemas simbólicos – construções cognitivas e regras normativas – e processos regulativos, que tanto são colocados em prática através do comportamento social, quanto o conformam”.

Estudar as instituições se torna importante contemporaneamente “porque essas geram, viabilizam ou influenciam as inovações tecnológicas, a forma de organização das firmas, o processo de trabalho, as políticas macroeconômicas e o padrão de competitividade, Ou seja, as instituições articulam o processo de crescimento e desenvolvimento econômico, de forma mais ou menos duradoura e sustentada” (CONCEIÇÃO, 2002:17)

Uma clara diferença entre instituições e organizações podemos notar nas palavras de CORTES (2003) que “apesar da existência de uma ampla zona de contato entre estes dois conceitos, reconhece-se que instituições e organizações não são exatamente a mesma coisa. Às instituições

estão associadas as construções sociais que produzem sentido para os atos e comportamentos humanos, e às organizações as estruturas que operacionalizam tais construções”. NORTH (1990:13) também reforça essa diferença quando diz que: “se as instituições constituem a regra do jogo, as organizações são os jogadores. As organizações compõem-se de grupos de indivíduos dedicados a alguma atividade executada com determinado fim”. De acordo com o mesmo autor “as limitações impostas pelo contexto institucional (ao lado de outras restrições normais em qualquer economia) definem o conjunto de oportunidades e, portanto, o tipo de organizações que serão criadas”.

Uma vez institucionalizada a RSE as empresas buscam entender e adotar seus conceitos como forma de adquirir legitimidade, como forma de resposta às demandas criadas pela inovação, como forma de construir uma reputação forte, entre outros. Segundo SCOTT (1995:45) na perspectiva institucional a legitimidade “não é uma *commodities* a ser possuída ou negociada, mas uma condição refletida em alinhamentos culturais, em suportes normativos ou em consonância com regras ou leis relevantes”.

Assim as empresas contemporâneas perceberam que sua permanência no mercado mutável, como é o atual, também depende da imagem que essas passam para a sociedade, por isso as empresas a cada dia tentam associar à sua imagem a idéia de responsabilidade social, buscando assim um diferencial competitivo, uma vez que tal abordagem vem ganhando um espaço cada vez maior na mídia, na sociedade e entre os empresários. Conforme colocado a cima, atuar privilegiando a responsabilidade social nas ações organizacionais não representa só uma forma de resposta ao isomorfismo, mas uma forma de busca de reputação e legitimidade das empresas.

MEYER e ROWAN (1991:41) *apud* CORTES (2003) nos falam sobre isso,

“Profissões, políticas e programas são criados junto com produtos e serviços, que são compreendidos como gerados racionalmente. Este processo permite a muitas organizações surgirem e força as existentes a incorporar novas práticas e procedimentos. Isto é, organizações são conduzidas a incorporar as práticas e procedimentos definidos por conceitos previamente racionalizados do trabalho organizacional e institucionalizados na sociedade. Organizações que agem assim aumentam sua legitimidade e suas perspectivas de sobrevivência, independente da eficácia imediata das práticas e procedimentos adotados”.

Essa “resposta ao isomorfismo” pode ser explicada usando DIMAGGIO e POWELL *apud* CÔRTEES (2003) quando dizem:

“que as organizações tendem a se tornar semelhantes (isomórficas) ao longo do tempo, como resultado do processo de racionalização e burocratização (os conceitos de racionalização e burocratização foram introduzidos por Max Weber), próprio da sociedade contemporânea. Pode-se dizer que aquelas que não fizeram parte deste processo entra numa dinâmica auto-destrutiva (quando as práticas por elas adotadas deixam de produzir resultados percebidos como positivos, de maneira a que deixe de ser percebida como fazendo parte de um grupo de referência) e aquelas que fizeram parte do processo serão consideradas legítimas”.

O isomorfismo pode ser dividido em três formas: Isomorfismo coercitivo – “resulta de pressões formais e informais exercidas sobre as organizações por outras organizações em relação às quais elas são dependentes”. O Isomorfismo mimético – “a incerteza é também uma força poderosa que encoraja a imitação. Quando as tecnologias organizacionais são pouco compreendidas..., quando os objetivos ou quando o ambiente cria incertezas simbólicas, as organizações podem espelhar-se em outras organizações”. DiMAGGIO e POWELL (1991) *apud* CORTES (2003:23) Já o Isomorfismo normativo – provocado pelas pressões que as normas colocam sobre as organizações, que acabam por orientar as escolhas realizadas.

A RSE passa a ser um critério competitivo entre as organizações, passando a existir uma dinâmica de olhar o seu concorrente e se espelhar em suas ações com o intuito de busca pela estabilidade no campo organizacional, uma vez que as empresas competem entre si e dentro do mesmo campo organizacional, no qual essas sofrem as mesmas pressões e sanções, conforme coloca ZILBOVICIUS (1999): (...). “E, como entidades altamente valorizadas, os atores podem olhar-se entre si como modelos para a sua ação. Nas versões mais liberais, mais igualitárias e mais reducionistas da modernidade os atores são poderosamente levados a copiar uns aos outros e identificar-se com padrões coletivos”.

A institucionalização da Responsabilidade Social Empresarial é realidade em outros países há bem mais tempo que no Brasil, mas com a influência da globalização, que tira a concorrência de um cenário específico e essa se transforma em um ambiente amplo, onde todos são concorrentes de todos e têm como pontos marcantes o surgimento de novos concorrentes em virtude da ampliação de mercados potenciais, as novas relações com os funcionários e com os clientes internos e externos, provocadas pela velocidade e facilidade ao acesso às informações a que dispõem e o acelerado processo de inovação tecnológica. As empresas brasileiras foram “forçadas” a se adequar às exigências dos mercados; adotando novas práticas que até então não faziam parte de suas agendas. Importante lembrar, então, pois “quem sofre essa pressão em primeiro lugar são as organizações que atuam no mercado global. Outras serão pressionadas por estarem nessa ‘cadeia de valor’; e outras ainda sequer serão pressionadas”. (CORTES, 2003)

A transparência nos negócios se tornou uma importante vantagem para as organizações, uma vez que legitima sua conduta pautada na ética e gera valores positivos à imagem e ao conjunto de suas relações. Conforme notamos nas palavras de HALL e TAYLOR (1996) “as instituições podem fornecer informações concernentes ao comportamento dos outros, aos mecanismos de aplicação de acordos, às penalidades em caso de defecção, etc.” Então, pode-se afirmar que a RSE vem conquistando espaço com a governança corporativa das empresas em geral, e das ONG’s em particular. A governança corporativa faz parte de um mundo dominado pela “financeirização e pela democracia, onde as empresas buscam a divulgação e a transparência em seus negócios como forma de prestar contas à sociedade de suas ações, demonstrando, assim, para seus investidores uma forma de retorno para seus investimentos e atender a demanda do processo social de alocação dos recursos e investimentos”. (SCHERER, 2003)

Com os códigos de governança corporativa se possibilita garantir aos investidores uma “garantia” de que determinada empresa é competente e eficiente e que trará retornos aos seus investimentos. Da atuação das empresas utilizando a governança corporativa se cria valor, o que abre espaço para arbitragem que “consiste em resolver possíveis conflitos entre as empresas que a governança corporativa não resolve, através de árbitros escolhidos para resolver tais conflitos de forma especializada, rápida e com baixos custos”. (VIEIRA e CAMBA, 2004) Quando se fala em “valores e transparência”, se propõe adoção de meios de comunicação eficientes e transparentes com os diversos públicos de interesse da empresa, com o objetivo de divulgar as crenças, valores e compromissos éticos adotados pela organização.

Agora, analisando a RSE do lado da ação individual, o “ambiente institucional também oferecerá os limites a partir dos quais serão constituídos os modelos dos indivíduos, modelos estes que orientam suas escolhas e os processos de tomada de decisão por eles adotados”. A Ação individual, “e em consequência a organizacional, resultará de um processo adaptativo ao ambiente institucional. Todavia, este ambiente institucional – ou ao menos a parte formal dele – não é resultado de um processo natural, antes disto é o resultado da ação dos grupos mais

poderosos de uma sociedade, que procurarão desenhá-lo de maneira a que seus interesses sejam contemplados”. (CORTES, 2203:17)

NORTH (1994) *apud* CORTES (2003:17) também nos fala a esse respeito: “o relacionamento entre os modelos mentais e as instituições é profundo. Os modelos mentais são as representações internas que os sistemas cognitivos dos indivíduos criam para interpretar o ambiente; as instituições são os mecanismos externos (à mente) que os indivíduos criam para estruturar e ordenar o ambiente”.

Para GREIF (2002, *Forthcoming*) *apud* CORTES (2003:09) “os elementos institucionais que motivam os indivíduos a seguirem ou ignorarem as regras são crenças ou constrangimentos internalizados, como normas. Para um sistema de crenças se tornam um elemento institucional ele tem que ser compartilhado pelos membros da sociedade” e podem ser de dois tipos – crenças comportamentais e crenças internalizadas”. As crenças comportamentais “dizem respeito às expectativas do comportamento ‘do outro’ nas várias situações sociais”. Já as crenças internalizadas “dizem respeito a estrutura do nosso mundo interno e às relações de causa e efeito”. “Constrangimentos internalizados (como as normas) são normas comportamentais socialmente construídos que se incorporaram no superego e conseqüentemente influenciam o comportamento, tornando-se parte das preferências dele ou dela. Em conjunto, crenças comportamentais, crenças internalizadas e constrangimentos internalizados motivam a agir numa determinada direção”.

As pessoas, como consumidores e cidadãos, perceberam o quanto de “poder” possuem, o quanto que sua percepção das coisas interferem nas atitudes das organizações; passaram a exigir, além de qualidade nos produtos e serviços, preocupação com o social e o meio-ambiente. HALL e TAYLOR (1996) dizem que as instituições “afetam o comportamento dos indivíduos aos incidirem sobre as expectativas de um dado ator no tocante às ações que os outros são suscetíveis de realizar em reação às suas próprias ações ou ao mesmo tempo que elas”. O que nos mostra que as ações dos indivíduos deixam de ser totalmente estratégicas, esses passam a dar importância as concepções que já fazem parte de sim, que o leva a decisão por uma coisa ou outra.

As pessoas desenvolveram, portanto, uma “consciência social”. Dessa forma as organizações passaram a ser encaradas como organismos vivos, cidadãos, que interagem diretamente com sociedade, tendo direitos e deveres que vão além das obrigações formais estipuladas por lei.

Em decorrência dessas percepções e mudanças de postura o conceito de responsabilidade social passou a ser mais amplo, sendo a filantropia somente uma pequena parcela de seu conceito. Sendo, hoje, a nova maneira de agir das organizações, que vai desde privilegiar a ética e transparência em seus negócios, passando pelo bem estar de seus funcionários e dependentes, cuidado com o meio-ambiente quando da fabricação de seus produtos e processos, assistência à comunidade onde está inserida até o bom relacionamento com seus fornecedores, clientes e acionistas.

3. Considerações finais

O trabalho pretendeu abordar a RSE como algo legítimo pelas organizações contemporâneas, para tanto procurou através de análise histórica e embasamento teórico tratar dessa nova demanda, como resposta as mudanças constantes no mundo contemporâneo, pois o dinamismo

desse mundo parece colocar mudanças que se configuram de uma forma acelerada e difusa, mudando valores e concepções de nossa sociedade.

Considerar a existência dessas mudanças, por parte das organizações, parece ser ponto inquestionável, uma vez que a qualidade e a tecnologia estão cada vez mais uniformizadas dentro das empresas, o que “força” as empresas a buscarem nas pessoas (vistas, tanto como, público interno ou externo dessas organizações) seu diferencial competitivo, ou seja, as pessoas com seus conhecimentos e suas satisfações passaram a ser as maiores preocupações das empresas contemporaneamente, uma vez que os problemas sociais, também, passaram a ter um peso considerável quanto à decisão dos consumidores na hora da compra, inúmeras são as pesquisas que comprovam tal fato. A responsabilidade social empresarial entra como uma dessas demandas inovativas, na qual as organizações precisam atuar como forma de adaptação às exigências de um mundo globalizado.

No entanto, conforme se tentou abordar no texto, mesmo a RSE sendo uma resposta a essas percepções, essas não pode ser explicada através somente de razões econômicas; assim foi utilizado um embasamento teórico, não conflitante, de cunho mais sociológico como o Novo Institucionalismo e Nova Sociologia Econômica. No entanto, não significa dizer que as empresas agindo privilegiando ações, ditas de RSE, não obtêm, através dessas, retornos financeiros.

Assim, a Responsabilidade Social Empresarial vem sendo consolidada a cada ano. Hoje, possui características que não constituem somente projetos e ações filantrópicas voltados para a comunidade, constituem uma rede de relacionamento entre os diversos públicos da empresa, ou seja, empresas que atuam privilegiando a Responsabilidade Social em suas transações buscam por afinidade outras empresas que também se preocupam com condutas éticas de valorização do ser humano, da sociedade e do meio ambiente em seus negócios, criando um ambiente institucional totalmente favorável à adoção e estruturação da Responsabilidade Social Empresarial.

Mas apesar de muito se falar em RSE. O tema ainda é considerado novo pelas organizações, sem um modelo de referência, o que as deixa “livres” para adotarem suas práticas e seus conceitos, cada uma a sua maneira, revelando verdadeira polissemia no termo.

A redução da polissemia e a convergência para práticas objetivas é um processo lento, onde um conjunto de interesses (dos empresários, dos setores de funcionários, dos trabalhadores, da “comunidade”, ong’s, etc.) convive numa relação contraditória, dado que ao mesmo tempo em que tais agentes disputam os significados possíveis do que pode estar contido em RSE, percebem a necessidade de cooperar para que a idéia de responsabilidade social empresarial se imponha, perante a sociedade em geral, como governança.

Referências

ALVES, Francisco José da C. *A economia brasileira no final do século e a questão do desemprego*. Anais do 6 Seminário Brasileiro de Direito do Trabalho Rural, do TRT 15 Região. São José do Rio Preto/SP, 1998.

AZEVEDO, Francisco de Assis. “A transformação na ação social das empresas” in Revista Brasil Responsável, ano: 01- número: 02, Editora: Press & Advertising, São Paulo Abril de 2004. p 20.

COLEMAN, J.S. *A Rational Choice Perspective on Economic Sociology*. In The Handbook of Economic Sociology. Princeton: University Press, 1994.p. 166-180.

CONCEIÇÃO, Octavio A.C. *Instituições, crescimento e mudança na ótica institucionalista*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2001.

CORTES, Mauro R. *Colegiado Gestor em Áreas de Proteção Ambiental: análise de três experiências no Estado de São Paulo*. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2003.

DIMAGGIO, Paul J. & POWELL, Walter W. *Introduction*. Em Powell, W. W. & DiMaggio, P. J. (editors). *The new institutionalism in organizational analysis*. Chicago: The University of Chicago, Press, 1991.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da Modernidade*. 2ª reimpressão. São Paulo Editora Unesp. 1990

GOHN, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais. Movimentos sociais e Ongs no Brasil na era da Globalização. São Paulo: Edições Loyola. 2000. Pg. 295-325.

GRANOVETTER, M. S. *Economic action and social structure: The problem of Embeddedness*. American Journal of Sociology, v.91, n 3, p. 481-510, 1985

HALL, P. A. & TAYLOR, R. C. *Political science and the three new institutionalism*. Oxford: Blackwell Publishers. Political Studies, n. XLIV, 1996.

MELO NETO, Antonio C; FROES, C. *Responsabilidade Social e cidadania – a administração do terceiro setor*. Rio de janeiro: Qualitymark, 1999.

_____. *Gestão de responsabilidade corporativa: o caso brasileiro*. Rio de janeiro: Qualitymark, 2001.

MEYER John W. & ROWAN, Brian. “*Institucionalized organizations: formal structure as myth and ceremony*” in: *The new institutionalism in organizational analysis*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

NORTH, Douglas C. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

ORATI, Leila A. S. *Responsabilidade Social Empresarial: nova política das organizações contemporâneas*. Artigo apresentado no X SIMPEP – Simpósio de Engenharia de Produção, Unesp – Bauru, São Paulo, 2003.

_____. *Responsabilidade Social Empresarial: estudo de caso na Citrosuco Paulista S/A*. Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de especialista. – Curso de Especialização em Gestão Organizacional e Recursos Humanos, Universidade Federal de São Carlos – UFSCar/ São Paulo, 2003.

PEIXOTO, J. & MARQUES, R.(Organizadores). *A nova sociologia econômica*. Oeiras: Ed. Celta, 2003.

POWELL, W. & DIMAGGIO, P. (Organizadores). *El nuevo institucionalismo em el análisis organizacional*. Mexico: Fondo de cultura economica, 1999.

SCOTT, Richard. *Institutions and Organizations*. Sage Publications, 1995.

SCHERER, André L.F. *O modelo norte-americano de governança corporativa: gênese, instrumentos e conseqüências*. In: Ensaio FEE, Porto Alegre, Vol.24 No 02, 2003.

STONNER, James A. F. FREEMAN, R. Edward. *Administração*. Rio de janeiro: LTC Editora, 5ed., 1985.

VIEIRA, Catherine; CAMBA, Daniele. *Os pioneiros da Governança Corporativa*. Revista Valor econômico, 2004.

Sites visitados:

www.ethos.org.br

<http://www.e-biografias.net/biografias/betinho.php>